



Senado aprova prioridade para julgamento de crime hediondo

Sequestro, estupro e roubo seguido de morte terão tramitação especial na Justiça, segundo projeto que agora segue para sanção presidencial

Genaldino Mangel/Agência Senado



Proposta que agiliza a aplicação da lei nos casos de crimes mais graves é aprovada em sessão presidida por Jorge Viana

A proposta aprovada ontem pelo Plenário altera o Código de Processo Penal para estabelecer prioridade de tramitação em todas as instâncias judiciais nos processos relativos à apuração de crimes hediondos.

O objetivo da autora, deputada Keiko Ota, é garantir a aplicação mais rápida da lei nesses casos. A demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima gera na sociedade uma sensação de impunidade e de descrença em relação à Justiça, argumenta a parlamentar, que teve um filho assassinado — o menino

Ives Ota, morto aos 8 anos durante um sequestro, em 1997, depois de reconhecer um dos sequestradores. Para Keiko, o projeto dá alento às famílias vítimas de violência, pois elas precisam ver a Justiça ser cumprida para poder retomar suas vidas.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Antonio Carlos Valadares, deu parecer favorável ao texto. Na avaliação dele, não adianta agravar as penas dos crimes hediondos se a condenação demora a se efetivar, por causa da lentidão do andamento dos processos judiciais. **3**

Vai a sanção projeto que tira grávidas de ambiente insalubre

Trabalhadora que recebe adicional de insalubridade terá direito a exercer a atividade em local saudável, durante gravidez ou período de amamentação, sem perder o benefício. Projeto aprovado ontem pelo Senado segue para sanção presidencial. **3**

Trabalhadora que recebe adicional de insalubridade terá direito a exercer a atividade em local saudável, durante gravidez ou período de amamentação, sem perder o benefício. Projeto aprovado ontem pelo Senado segue para sanção presidencial. **3**



Elzo Fiuza/ABr

Grávida trabalhará em local saudável sem perder adicional de insalubridade



Pedro Franco/Agência Senado

Comissão aprovou ontem o relatório final e parte das emendas apresentadas

Especialistas concluem anteprojeto do novo Código de Aeronáutica hoje

O texto-base do novo Código Brasileiro de Aeronáutica foi aprovado ontem na comissão de especialistas. Hoje, após a votação das emendas restantes,

o texto passará a ser anteprojeto. O presidente do colegiado, Georges Ferreira, disse que as mudanças podem baratear preços de passagens. **6**

Comissão confirma embaixadores para África do Sul, Mauritânia e Timor-Leste

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou ontem os indicados a três embaixadas brasileiras: Nedilson Ricardo Jorge para a África

do Sul, Leonardo Carvalho Monteiro para a Mauritânia e Adelmo Garcia Júnior para o Timor-Leste. Os nomes serão submetidos ao Plenário. **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Aloysio conduz sabatina que apontou para ampliação do comércio com a África

Estudante deverá ter orientação profissional

Projeto que institui orientação profissional no ensino fundamental teve a votação concluída ontem e vai à Câmara. A proposta, sugerida por estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador, visa ajudar os alunos da rede pública e bolsistas da rede privada na escolha de um curso técnico oferecido no ensino médio ou de um curso superior. **3**

Plenário ratifica acordo com G-20 para dados fiscais

Acordo internacional que estabelece regras para o compartilhamento de informações fiscais entre os países do G-20, assinado em 2011 pelo Brasil, foi aprovado ontem pelo Plenário. Segundo Antonio Anastasia, o protocolo facilita as transações internacionais, evitando a dupla tributação. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa os controles de arrecadação. **3**

Expectativas sobre futuro de Dilma dividem Senado **8**

Fila preferencial deve ser exigida de grandes lojas **3**

Uso de cadastro para calcular ITR passa em comissão **4**

Liberação de remédio contra o câncer já é lei **2**

Leite pode fazer parte de política de preço mínimo **4**

Expressão "médico" deverá constar de diplomas **2**

Texto estimula cultivo ecológico de cacau **4**

Sancionada sem vetos lei que autoriza fosfoetanolamina

A norma permite que pessoas com câncer usem a substância mesmo antes de ser feito o registro pela Anvisa. Para isso, pacientes devem comprovar o diagnóstico e assinar termo de responsabilidade

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou, sem vetos, a lei que autoriza pacientes com câncer a usarem a fosfoetanolamina sintética antes de seu registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Lei 13.269/2016 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A norma originou-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/2016, aprovado no Senado no final de março. Pelo texto, o paciente deve apresentar laudo médico que comprove o diagnóstico de câncer e assinar termo de responsabilidade. O uso da substância é definido como de relevância pública.

A lei autoriza a produção, importação, prescrição, posse e uso da substância independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca do produto. Para produzir, importar, prescrever e distribuir a substância, os agentes precisam ser regularmente autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente.

Utilização

Conhecida como “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina imita um composto que existe no organismo e que, supostamente, identifica as células doentes, permitindo que o sistema imunológico as reconheça e as remova. Pesquisas vêm sendo feitas pelo Instituto de Química de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), há cerca de 20 anos. O órgão distribuía a substância de forma gratuita.

Em 2014, a fosfoetanolamina parou de ser entregue, depois de uma portaria da USP determinar que drogas experimentais deveriam ter todos os registros antes de serem liberadas à população. Sem a licença, pacientes passaram a conseguir a liberação na Justiça, por meio de liminares. Em razão da polêmica, os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia decidiram financiar estudos para avaliar a segurança e a eficácia do composto.

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou a sanção da lei que, segundo o senador, dá esperança a pessoas com câncer.

Ele agradeceu o apoio de outros senadores e do presidente da Casa, Renan Calheiros, que incluiu o projeto na pauta do Plenário.

Os senadores cumprimentaram Ivo Cassol pela luta



Ivo Cassol agradeceu o apoio dos senadores e a sanção da lei pela presidente

para a aprovação do projeto no Senado. Para Paulo Paim (PT-RS), o reconhecimento é questão de justiça.

— Acompanhamos a sua luta, desde o início, para que fosse, efetivamente, regulamentado, sancionado um projeto para garantir que a pílula de combate ao câncer, a fosfoetanolamina, fosse realidade. Vossa Excelência foi implacável com os que pensavam diferente. Digo implacável no sentido do bom combate, do bom debate — afirmou.

Debates

Ana Amélia (PP-RS) destacou o empenho do representante de Rondônia, ao levantar a bandeira da chamada “pílula do câncer”, quando muitos no Congresso suspeitavam da eficácia do medicamento.

De acordo com a senadora, os debates ocorridos nas comissões do Senado, sobre a necessidade de pesquisa clínica, também foram fundamentais para a aprovação da proposta.

— Já no encaminhamento da análise, fizemos a última audiência pública trazendo os protagonistas: o professor Gilberto Chierice, o químico que criou essa fórmula, e também o médico oncologista que usou essa pílula para tratamento de câncer — lembrou Ana Amélia.

Na opinião de Lasier Martins (PDT-RS), embora não substitua a necessidade de pesquisas, a sanção da lei determinará providências para a análise da eficácia da fosfoetanolamina.

— Eu presidi uma audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia por mais de quatro horas, onde se debateu

profundamente o medicamento. O projeto acabou sendo aprovado pela comissão, passou pelo Plenário do Senado, pela Câmara dos Deputados e, agora, pela Presidência da República — disse o senador.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que é farmacêutica, ressaltou que, embora a presidente Dilma tivesse indicativos técnicos, científicos e legais para vetar o projeto, não o fez devido aos debates em torno da medida.

Pesquisas

Já José Medeiros (PSD-MT) lembrou que a proposta avançou após 20 anos de pesquisas.

— No momento em que a pessoa está acometida desse mal, ela busca todas as possíveis soluções. E é função do Parlamento ouvir os clamores da sociedade. Lógico que essa não é a solução, mas é um começo — avaliou.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, acrescentou que a sanção é uma “tentativa de socorrer as pessoas que não têm mais nem mesmo o amparo da medicina diante de uma doença perversa”.

— Tomara que a Anvisa, em vez de só fazer o enfrentamento, encontre uma maneira de auxiliar, já que agora temos uma lei aprovada aqui e sancionada pela presidente, para que as pessoas não sejam enganadas, para que aquilo que alguns pesquisadores apontam como uma solução possa acontecer, até haver, por parte da comunidade científica, a decisão final — ponderou.

A sanção da lei também foi comemorada por Gleisi Hoffmann (PT-PR), Dário Berger (PMDB - SC) e Telmário Mota (PDT-RR).

Diplomas serão obrigados a trazer a expressão “médico”

Foi sancionada sem vetos ontem a Lei 13.270/2016, que determina o uso da denominação “médico” nos diplomas dos cursos de medicina e veda o uso do termo “bacharel em medicina”. O objetivo é facilitar o reconhecimento, por outros países, de diplomas expedidos pelas faculdades de medicina no Brasil. A lei deriva de projeto da Câmara (PLC 179/2015) aprovado no Senado em março.

Ronaldo Caiado (DEM-GO), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), explicou que a expressão “bacharel em

medicina” tem causado dificuldades na aceitação dos diplomas para inscrição em cursos de pós-graduação no exterior.

O autor, deputado Mandetta (DEM-MS), relatou que egressos do curso de medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) alegaram dificuldades para realizar intercâmbio, por causa dos diplomas com título de “bacharel”. A petição chegou a ser analisada pelo Conselho Nacional de Educação, que não ofereceu solução ao problema, conforme o deputado.

TV Senado discute reprodução descontrolada de javalis no Brasil

A ameaça de espécies exóticas invasoras, como o javali europeu, é real e não é recente. Esse é o tema do programa *Em Discussão!*, da TV Senado, que será exibido amanhã, às 23h30.

Desde 1995, tenta-se controlar o animal. Os javalis chegaram ao Brasil importados da Europa ou trazidos clandestinamente. A intenção era viabilizar a exploração econômica desses animais. Alguns escaparam do cativeiro e, com reprodução rápida e sem predadores naturais, se espalharam e hoje são encontrados em quase todo o país.

Soltos, os javalis cruzaram com porcos domésticos e

geraram animais enormes, os javaporcos, que passam dos 200 quilos. Em bandos de até 60 indivíduos, eles destroem lavouras, atacam pequenos animais, são agressivos com seres humanos e podem transmitir doenças. Os prejuízos para a agropecuária, responsável por 20% da economia do país, são milionários. O que o governo tem feito? Como os produtores têm lidado com a questão? O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado.

Em Discussão!
• amanhã, às 23h30
• domingo, às 9h e 16h30

ERRAMOS

Diferentemente do que consta na pág. 5 de quarta-feira (“Senado autoriza Teresina, Piauí e Ceará a tomar empréstimo no exterior”), a senadora Regina Sousa (PT-PI) disse que o PIB do Piauí, que era de R\$ 22 bilhões em 2010, é hoje de R\$ 33 bilhões. Segundo ela, apesar da crise, o Piauí é um dos estados que mais crescem.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vai a sanção prioridade para processo de crime hediondo

Projeto aprovado pelo Senado determina tramitação prioritária, em todas as instâncias, no julgamento desses crimes. Objetivo é diminuir a sensação de impunidade e de descrença na Justiça, afirma a autora

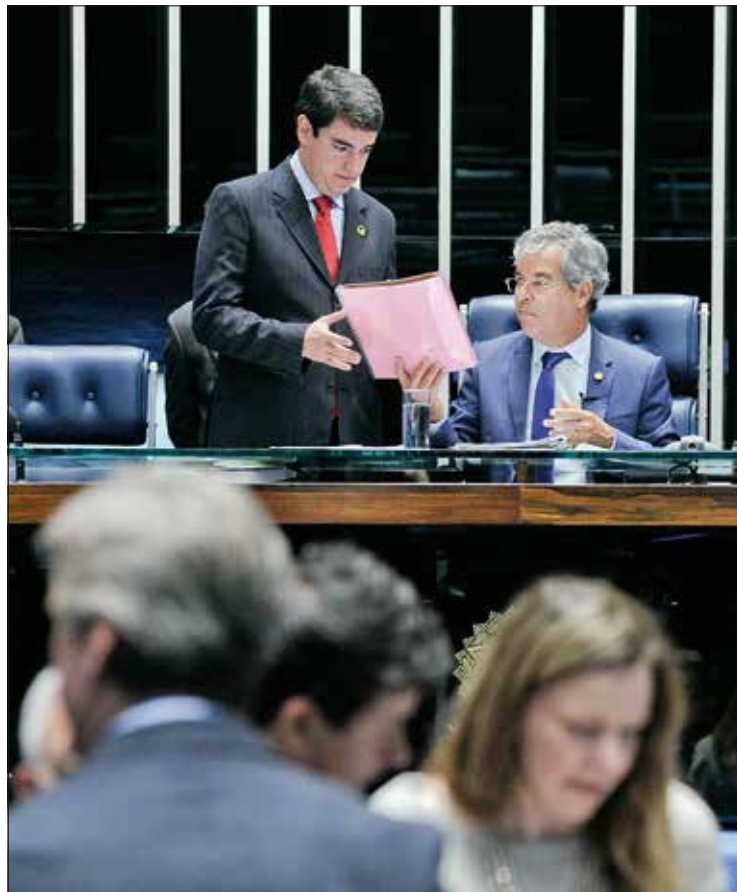
O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo. São considerados hediondos crimes como latrocínio (roubo que resulta na morte da vítima), sequestro e estupro.

A proposta (PLC 20/2014) teve parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e segue para sanção presidencial.

Segundo Valadares, não adianta agravar as penas dos crimes hediondos se o processo não anda e, assim, a condenação demora a se efetivar.

O PLC 20/2014 foi apresentado pela deputada Keiko Ota (PSB-SP), mãe do menino Ives, sequestrado e morto no mesmo dia, em 1997, com 8 anos, após reconhecer um dos sequestradores.

Para a deputada, a demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima gera na sociedade uma sensação de



Jorge Viana preside a sessão em que senadores aprovaram a proposta

impunidade e de descrença em relação ao Judiciário.

— Se o tempo acaba por amenizar a angústia e a revolta

da sociedade, é certo que a aplicação imediata da lei faz com que ela se sinta protegida — sustentou Keiko Ota.

Gestante poderá evitar trabalho insalubre

A trabalhadora que recebe adicional por exercer atividade insalubre poderá ter o direito de se afastar do local ou da atividade durante a gravidez ou enquanto estiver amamentando sem perder o benefício. É o que prevê projeto (PLC 76/2014) aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

O texto, que segue para sanção, garante à mulher o trabalho em local saudável durante esse período e exige a manutenção dos adicionais de insalubridade, mesmo se ela estiver afastada do posto.

— Seria fácil afastar a mulher da atividade insalubre, mas ela perderia os benefícios. O proje-

to cuida, então, de garanti-los à mulher — disse a procuradora da mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia (PP-RS), reforçou que é imprescindível não penitenciar a gestante e a lactante em razão da maternidade.

Grandes lojas deverão ter atendimento preferencial

Os grandes estabelecimentos comerciais que atendem o público por balcões e guichês deverão dar tratamento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e com crianças de colo. É o que prevê projeto (PLC 44/2014) aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O texto deverá aperfeiçoar a legislação que trata do atendimento prioritário. Atualmente, a Lei 10.048/2000 prevê tratamento diferenciado e imediato somente em repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e bancos.

O projeto ainda determina que o desrespeito ao atendimento prioritário sujeitará a loja à multa correspondente a dez vezes salários mínimos.

O relator na Comissão de

Direitos Humanos (CDH), o então senador Paulo Davim (PV-RN), deu parecer favorável, mas considerou injusto “sujeitar às mesmas regras e punições tanto uma multinacional quanto um sapateiro”.

Emenda

Por isso, apresentou emendas prevendo que a proposta se aplica apenas a estabelecimentos em que ocorre “a formação de filas e que, portanto, revelam volume de negócios compatível com a dimensão das multas estabelecidas”.

No Plenário, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a mudança na lei é importante para garantir a efetividade prática dessa norma, que vem sendo descumprida por falta de punição aos infratores.

Orientação profissional segue à Câmara

O Plenário concluiu a votação do projeto que institui a oferta de serviço de orientação profissional para alunos do ensino fundamental. O PLS 426/2015 havia sido aprovado na quarta-feira em primeiro turno e passou ontem por turno suplementar de análise. A proposta segue agora para a Câmara.



Projeto foi sugerido por alunos participantes do Jovem Senador em 2014

Aprovado acordo para troca de informações entre países do G-20

O acordo internacional que estabelece regras para o compartilhamento de informações fiscais entre os países do G-20 foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Em reunião um pouco antes, o projeto de decreto legislativo (PDS 11/2016), que ratifica o acordo, passou pela aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta vai agora à promulgação.

O acordo internacional foi assinado pelo Brasil em novembro de 2011. O protocolo, denominado Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais, estabelece a confidencialidade das informações tributárias, criando limites para proteção de pessoas e do sigilo fiscal e vedando atos que possam prejudicar cidadãos, negócios ou transações, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A convenção também pode reduzir a dupla tributação e a discriminação tributária a partir das informações sobre regras internas de cobrança de impostos dos países signatários. No texto, está prevista a assistência na recuperação de créditos tributários e a entrega de documentos. Também estão relacionados os impostos e contribuições federais, estaduais e municipais incluídos no acordo.

O pacto foi aprovado em março deste ano pela Câmara dos Deputados. Na CRE, o relator, senador Antonio Anas-

tasia (PSDB-MG), destacou a relevância do acordo para a aplicação da legislação tributária brasileira que combate os ilícitos fiscais cometidos na economia globalizada.

— A presente convenção coaduna-se perfeitamente com o momento histórico em que vivemos, de rápida internacionalização da economia, e, ao evitar a dupla imposição de tributos, facilita o fluxo dos negócios internacionais, aperfeiçoando, por outro lado, os controles de arrecadação e possibilitando a recuperação de créditos tributários no exterior — disse o relator.

Ressalvas

Anastasia destacou que o acordo prevê a apresentação de reservas ao seu conteúdo, permitindo ao país signatário que o faça no momento da assinatura ou em data posterior. O senador explicou que o Brasil apresentou duas reservas à convenção. A primeira é sobre a cobrança de créditos tributários no exterior, que, segundo os ministros das Relações Exteriores e da Fazenda, não terá efeito substantivo para a arrecadação brasileira. A segunda está ligada ao serviço de notificação de documentos do contribuinte, já contemplada pelo direito interno brasileiro, o que apenas geraria ônus administrativo ao Brasil.

O G-20 é formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Entre os países, estão Brasil, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Índia e Reino Unido.

Comissão autoriza uso do Cadastro Ambiental Rural para calcular ITR

Imposto Territorial Rural é calculado sobre a área tributável da propriedade. Atualmente, os dados devem constar em registro no Ibama

O AGRICULTOR PODERÁ passar a utilizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para apuração da área tributável de sua propriedade rural, sobre a qual é calculado o Imposto Territorial Rural (ITR). Projeto (PLS 640/2015) com esse propósito foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, Donizeti Nogueira (PT-TO), explica que, para cálculo do ITR, são excluídas da área do imóvel rural as parcelas de preservação permanente e de reserva legal, as que não se prestam à agropecuária e as declaradas como de interesse para proteção de ecossistemas.

Pelas regras em vigor, as informações devem constar do Ato Declaratório Ambiental (ADA), registro feito pelo proprietário no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e hoje utilizado para o cálculo do ITR.



Texto de Donizeti (3º à esq.), que acatou emenda de Blairo (1º à esq.), foi aprovado em reunião presidida por Ana Amélia

Como as mesmas informações também deverão constar no CAR, conforme prevê o Código Florestal (Lei 12.651/2012), Donizeti quer que o cadastro ambiental substitua o ADA para fins de cálculo do imposto.

Porém, como o CAR não está implementado em todo o país, a adoção para fins de ITR será facultativa, podendo o produ-

tor rural continuar a utilizar o Ato Declaratório Ambiental, se assim o desejar.

Em seu relatório favorável, Lasier Martins (PDT-RS) acatou emenda que Blairo Maggi (PR-MT) apresentou na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ao PLS 640/2015 para excluir da Política Nacional do Meio

Ambiente (Lei 6.938/1981) o caráter obrigatório do ADA.

— Como se trata de medida facultativa, ou seja, o produtor rural só a adotará caso lhe seja conveniente, entende-se que o PLS representa a ampliação de oportunidade para o produtor rural implementar sua condição subjetiva para obter a redução do seu pagamento do ITR — avaliou o relator.

Leite pode passar a ter preço mínimo garantido

Um problema enfrentado há décadas por pequenos e médios produtores de leite — a queda acentuada dos preços

do produto nos períodos de safra — pode estar perto de ser superado. Projeto de lei aprovado pela Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem autoriza o Executivo a incluir o leite na pauta dos produtos amparados pela

Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O texto (PLC 215/2015), que vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), determina a alocação de recursos nas leis orçamentárias anuais visando cobrir os gastos da inclusão do leite na política de preços mínimos.

Em seu relatório, Donizeti Nogueira (PT-TO) afirma que a medida dará maior segurança para os pequenos produtores. Segundo o senador, a atividade leiteira, em que pese a recente tecnificação alcançada pelos produtores, continua vulnerável a fortes oscilações dos preços do produto final, colocando em risco o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva.



Produção leiteira em Minas Gerais: inclusão na Política de Garantia de Preços Mínimos dá segurança à atividade

Avança incentivo ao cultivo agroecológico de cacau

Perpetuar o sistema Cabruca como estratégia de conservação da Mata Atlântica, formar corredores ecológicos no bioma, melhorar a rentabilidade da cacauicultura e conservar espécies nativas raras ou ameaçadas de extinção são os objetivos de projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O sistema Cabruca — adotado por uma cooperativa de Ilhéus, no sul da Bahia — produz cacau sob à sombra das

árvores da Mata Atlântica, reduzindo o impacto ambiental da atividade. O texto do projeto aprovado (PLC 100/2014), que ainda vai passar pela análise do Plenário, prevê incentivos econômicos para manter áreas de cultivo do cacauzeiro nesse sistema.

Para se beneficiar dos incentivos econômicos, o produtor deve ter reserva legal averbada e áreas de preservação permanente protegidas. Terão prioridade propriedades e posses rurais em que houver

remanescentes de vegetação nativa em recuperação.

A propriedade deverá elaborar um plano anual, orientado pelos órgãos ambientais, prevendo ações de uso múltiplo e a conectividade da área cultivada no sistema cabruca com a vegetação nativa.

Em seu relatório favorável, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destaca os ganhos ambientais para o bioma Mata Atlântica decorrentes da adoção desta modalidade de atividade agroecológica.

“Para ponderarmos a importância desse sistema de exploração agrícola, pelo ângulo da ecologia, sem prejuízo dos resultados econômicos, ressaltam-se os resultados recentes de estudos sobre a biodiversidade e composição florestal realizados no sul da Bahia em que se identificaram mais de 400 espécies lenhosas por hectare, com repercussão altamente desejável sobre a manutenção dos recursos hídricos e a composição da fauna”, diz o senador, no relatório.

Raupp pede mais segurança em estradas e veículos no país

Desde 1980, mais de 1,2 milhão de brasileiros morreram em acidentes de trânsito e 24 milhões ficaram feridos, muitos com sequelas graves. Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu uma atuação mais efetiva do governo e da sociedade para acabar com essa “enorme tragédia”.

O senador defende que o governo estabeleça metas para duplicação das rodovias em autoestradas e mais fiscalização do uso de bebidas e da velocidade dos veículos.

Ele pediu o incremento da infraestrutura priorizando estradas seguras.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington elogia plataforma do Enem, lançada pelo MEC

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou ontem o Ministério da Educação pelo lançamento da plataforma Hora do Enem, um programa que permitirá um melhor preparo para os jovens que farão as provas do Exame Nacional do Ensino Médio.

— A partir do dia 30, todos os estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública poderão realizar gratuitamente mediante inscrição na plataforma e, aí também, no seu próprio computador, através de smartphone, ele pode acessar esse grande programa que o MEC acaba de lançar — declarou.

Hélio José critica regulamentação da terceirização

Hélio José (PMDB-DF) criticou ontem o PLC 30/2015, que regula a terceirização na atividade-fim das empresas.

— Se passarmos a tolerar a terceirização de atividades-fim, aí é que não haverá rigor algum nem compromisso algum do empregador em formar quadros profissionais preparados e permanentes — disse o senador.

Em discurso na quarta-feira, ele destacou a insegurança na Universidade de Brasília (UnB). Para reduzir a violência, o parlamentar sugere a liberação de verbas para garantir mais vigilância e iluminação.



Moreira Mariz/Agência Senado

Comércio com África deve crescer, diz diplomata

Indicações de embaixadores para África do Sul, Mauritânia e Timor-Leste foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores, com previsão de melhora nas exportações

A ENTRADA EM vigor do Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu, na sigla em inglês), em 1º de abril deste ano, deve abrir novas perspectivas para o relacionamento econômico entre o Brasil e a África do Sul. A previsão é do embaixador designado para aquele país, Nedilson Ricardo Jorge, cuja indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na reunião, coordenada pelo presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e por Lasier Martins (PDT-RS), também foram aprovados novos embaixadores para a Mauritânia e o Timor-Leste.

O acordo de preferências comerciais permitirá melhor acesso dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) a um mercado estimado em 65 milhões de consumidores dos países que integram a Sacu (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia). O comércio do Brasil com a África do Sul cresceu 11,76% entre 2005 e 2014, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 1,9 bilhão. De janeiro a outubro de 2015, o fluxo comercial alcançou US\$ 1,7 bilhão, com superavit de US\$ 594 milhões para o Brasil, cuja pauta de exportações para aquele país é composta principalmente de produtos industrializados.

— A promulgação desse acordo vai abrir muitas portas nas áreas de comércio e investimentos bilaterais e vai fornecer maior competitividade a produtos brasileiros na África do Sul. Pretendemos explorar essas novas oportunidades — disse Nedilson Jorge, cuja indicação teve como relator Lasier Martins.

Defesa

O embaixador informou que o Brasil e a África do Sul estão trabalhando em conjunto na fabricação de mísseis, além de terem escolhido o avião sueco Gripen como principal vetor de segurança aérea. Atual chefe do Departamento de África do Itamaraty, ele disse que o Brasil abriu 19 novas embaixadas no continente desde 2003, após a posse do presidente Lula. Observou ainda que, em recente pesquisa feita por instituto mexicano em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), constatou-se que, para 24% dos entrevistados, a África deveria ser a prioridade da política externa brasileira — contra 16% que indicaram preferir a América Latina.

O setor de defesa também deverá ser prioritário na re-



Indicado para a África do Sul, Nedilson Jorge (D) fala durante a sabatina, à mesa com Leonardo Monteiro (E), senador Lasier Martins e Adelmo Garcia

lação com a Mauritânia, para onde foi designado como embaixador Leonardo Carvalho Monteiro. Segundo o diplomata, cuja indicação teve como relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), já foram enviadas cinco missões da Aeronáutica para aquele país, com o objetivo de formar pilotos e técnicos. Em 2012, a Mauritânia comprou dois aviões Super Tucano da Embraer e novas aquisições podem vir a ser feitas quando melhorar a situação econômica do país africano.

Cerca de 50% das exportações da Mauritânia são de minério de ferro, cujo preço teve forte redução no mercado internacional. Outros 40% referem-se à pesca. Segundo Monteiro, os recentes entendimentos entre os dois países na área fitossanitária devem viabilizar exportações de sardinhas e farinha de peixe para o Brasil, que por sua vez poderá exportar para Mauritânia mais produtos industrializados, como roupas.

— A Mauritânia tem enorme potencial para se transformar em um hub (centro de comércio) para aqueles países africanos vizinhos que não têm costa — apostou.

Língua portuguesa

Uma das prioridades do indicado para o Timor-Leste, Adelmo Serafim Garcia Júnior, será apoiar a divulgação da língua portuguesa no país asiático, como informou a Hélio José (PMDB-DF). Ele disse que apenas 10% dos timorenses falam português, lembrando que o ensino da língua foi proibido durante os 25 anos de ocupação do país pela Indonésia, após a independência de Portugal. Por isso, os jovens não falam português, apenas os adultos ou as crianças que estão na escola.

— Brasil e Portugal têm responsabilidade nesse tema. Assim que possível, vamos criar um centro cultural em Díli, capital do Timor — informou Garcia, em resposta a Cristovam Buarque (PPS-DF).

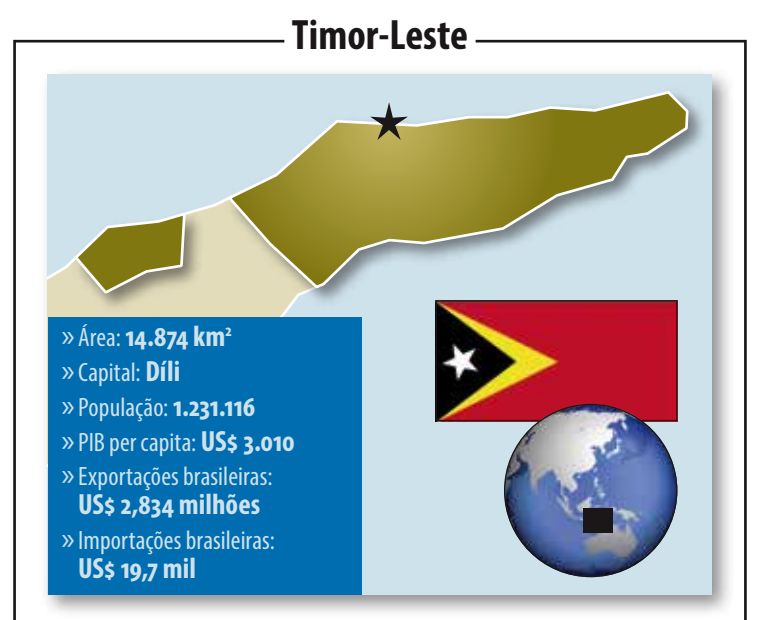
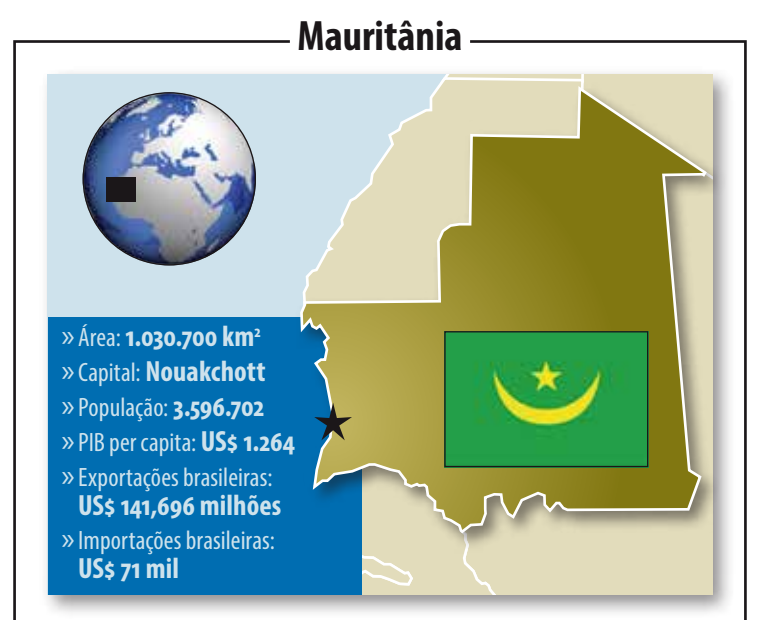
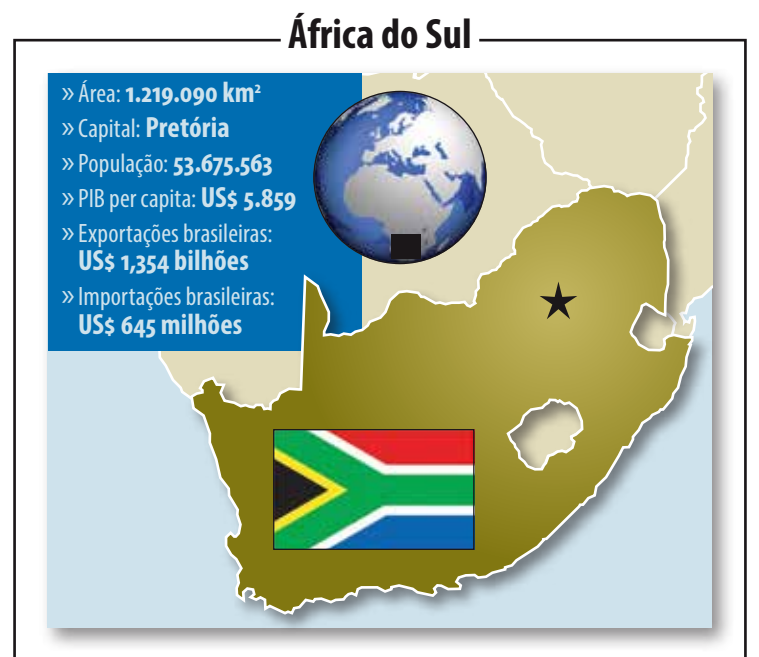
Segundo o embaixador, cuja indicação teve Ana Amélia (PP-RS) como relatora, a co-operação técnica é o “carro-chefe” do relacionamento bilateral, por meio da formação de quadros para gerir o novo país, independente desde 2002. Informou que 14 professores brasileiros de português estão no Timor. Mais de 240 estudantes timorenses estão estudando em 11 universidades brasileiras. E mais de 3 mil jovens receberam formação com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Votação

Dois projetos também receberam parecer favorável da CRE ontem. O primeiro foi o Projeto de Decreto Legislativo 11/2016, que ratifica o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais, emendada pelo protocolo de 1º de junho de 2010. O texto foi ao Plenário.

O segundo foi o Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/2016, de José Serra (PSDB-SP), que facilita o envio ao exterior de material genético em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública. O projeto terá votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na reunião, Aloysio Nunes considerou descabida declaração do secretário-geral da União dos Países da América do Sul (Unasul), Ernesto Samper, sobre suposta ameaça à segurança jurídica da região pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

“Novo código poderá baratear passagem aérea”

Presidente da comissão de especialistas disse ontem, após aprovação do relatório sobre a reforma do Código de Aeronáutica, que mudanças podem beneficiar consumidor

A COMISSÃO DE Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) aprovou ontem pela manhã, por 10 votos a 6, o texto-base da relatora, Maria Helena Rolim.

À tarde, o colegiado, formado por especialistas no setor, começou a apreciar as 477 emendas apresentadas ao texto. Foram requeridos 128 destaques para votação de emendas, dos quais 44 foram analisados ontem à tarde.

O presidente da comissão, Georges de Moura Ferreira, convocou outra reunião para as 9h de hoje (prazo final para o funcionamento da comissão), quando o restante dos destaques deve ser apreciado. Com a aprovação do texto definitivo, a comissão vai apresentar a sugestão ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em forma de anteprojeto, que será depois apreciado pelo Senado.

Concorrência

Em entrevista após a reunião, Ferreira disse que há mecanismos no novo código que podem resultar em preços mais baratos de passagens e serviços aos consumidores.

Entre as medidas que levam a uma ampliação das companhias e, conseqüentemente, a um aumento da concorrência, ele destaca as desonerações em órgãos de fiscalização e regulação, uma série de isenções ao aerodesporto e a equiparação de benefícios aos serviços de táxi-aéreo em relação aos que já são concedidos às linhas aéreas. Também nessa diretriz está a total liberalização para o capital estrangeiro, cuja participação, hoje, é limitada em 20%. A proposta é que a abertura seja feita de modo gradual, para permitir a adaptação das empresas do mercado nacional às novas regras, até que possam competir em igualdade de condições. O texto-base de Maria Helena permite que qualquer companhia brasileira, com capital nacional ou estrangeiro, possa abrir uma linha aérea.

— É como funciona a telefonia hoje no Brasil, todas as empresas são estrangeiras.



Comissão de especialistas da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica aprovou ontem o texto-base da relatora Maria Helena Rolim (à mesa, à esquerda)

Há questionamentos quanto à qualidade e às tarifas, mas hoje temos mais linhas telefônicas que habitantes em nosso território — ressalta Ferreira.

O presidente da comissão lembra que esse artigo ainda pode ser alterado por emendas.

Atrasos

Outro ponto polêmico destacado por Ferreira está na regulamentação dos atrasos em voos por causa de ocorrências naturais. Isso porque, hoje, muitos clientes conseguem indenizações das empresas por meio de ações judiciais, em virtude de atrasos provocados por circunstâncias climáticas. O texto-base exclui essa possibilidade.

— Estaremos equiparando a legislação nacional com tratados internacionais que o Brasil assinou. Isso também pode beneficiar o consumidor, porque o passivo jurídico em nosso país é enorme — disse.

Ferreira defende que o conteúdo do novo CBA, como está no texto-base, não afronta nenhum artigo do Código de Defesa do Consumidor. Quanto à atuação das empresas estrangeiras, ele reitera que todos os contratos de trabalho continuarão sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei do Aeronauta.

Comissão deve concluir anteprojeto hoje

Entre as emendas à sugestão do texto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica votadas ontem, algumas foram feitas apenas tendo em vista a “boa técnica legislativa”.

Uma das mudanças aprovadas prevê que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deve emitir aprovações e certificados em até três dias. Para tanto, o órgão regulador aceitará, sem exigências ou comprovações adicionais, a documentação comprobatória fornecida pela empresa certificada. O engenheiro Marcus Vinícius Oliveira, um dos especialistas membros da comissão, disse que a ideia é dar mais agilidade e evitar a burocracia nos processos aeronáuticos.

A comissão também acatou uma emenda que estabelece que o intercâmbio de aeronaves só poderá ser feito com tripulação brasileira.

O intercâmbio ocorre quando uma empresa estrangeira fica com uma aeronave parada em solo brasileiro, à espera do voo de volta e, nesse período, uma empresa brasileira usa o avião, conforme contrato. Para que o intercâmbio ocorra, o texto estabelece que os tripulantes

sejam brasileiros, devido às repercussões na legislação trabalhista.

Também foi aprovada emenda que retirou a isenção de pagamento de taxas para as aeronaves experimentais e esportivas.

Polêmica

A rejeição da emenda que estabelecia a participação de membro de entidade que representa os tripulantes, sem restrição, nas investigações de um incidente aéreo, gerou polêmica.

O comandante José Adriano Castanho, representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas na comissão, argumentou que o pedido de participação nas investigações não era “fora da realidade”, mas importante para os tripulantes e para as suas famílias.

Castanho deu como exemplo o caso de pilotos que são considerados culpados em caso de acidentes fatais e nem podem se defender. A presença de um representante dos tripulantes seria uma garantia para a categoria ter informações do processo de investigação. Apesar dos apelos, a emenda foi rejeitada.

— Se não há nada a esconder nas investigações, não há razão para restrições à participação de representante dos tripulantes — lamentou Castanho.

Atualização

A sugestão de atualização do CBA foi apresentada por Vicentinho Alves (PR-TO), que é piloto comercial por formação. Segundo o senador, o código deve ser ajustado às inovações tecnológicas das últimas décadas.

A legislação em vigor é de 1986 (Lei 7.565), mas hoje a comunicação dos aviões já é praticamente toda por satélite, o que exige mudanças. Também a massificação pela qual o transporte aéreo passou desde então faz com que a revisão do texto seja necessária. A reforma do código também busca uma base de legislação mais globalizada.

Engenheiros, juristas, professores, militares e especialistas do setor aéreo estão entre os 25 membros da comissão — criada em junho do ano passado.

Inicialmente, o prazo final era em 12 de dezembro, mas foi prorrogado duas vezes e se encerra hoje.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

MP sobre dívidas de caminhoneiros e agricultores será votada na terça

Votação não ocorreu ontem por causa de pedido de vista. Medida provisória beneficia produtores rurais do Nordeste afetados pela seca

A VOTAÇÃO DA Medida Provisória 707/2015, que permitiu a renegociação de dívidas de agricultores e caminhoneiros, ficou para terça-feira. O presidente da comissão mista que analisa a proposta, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), atendeu ontem um pedido de vista coletiva depois que o deputado Marx Beltrão (PMDB-AL) leu o seu relatório.

A proposta dá mais prazo para agricultores prejudicados pela seca no Nordeste negociarem seus débitos. Para isso, suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das operações de crédito em atraso para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial.

O relator esticou o prazo para 31 de dezembro de 2017 e apresentou uma série de alterações ampliando o alcance das medidas e o público beneficiado.

Leis e resoluções

Beltrão lembrou que entre 2010 e 2015 foram sancionadas pelo menos 6 leis e publicadas 22 resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) com o objetivo de prorrogar vencimentos de parcelas e conceder perdão de dívidas, descontos, prorrogação e até linhas de crédito. Mas as ações não contiveram o endividamento constante dos produtores.

— As alterações propostas pelo governo são louváveis, porém insuficientes frente aos gravíssimos problemas enfrentados pelos produtores da região, causados principalmente pelo longo período de seca dos últimos anos — argumentou.

O deputado Júlio César (PSD-PI) fez questão de ressaltar que não se trata de um perdão de dívidas, mas de se criarem condições para que



O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho, e o relator, deputado Marx Beltrão, conduzem reunião

os agricultores honrem seus compromissos, visto que vivem numa região com seis ou sete secas severas a cada dez anos.

— O nordestino não é caloteiro, mas, quando perde uma safra, como vai pagar a do ano seguinte?

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), disse que tudo o que foi dialogado com o governo será mantido no texto do projeto de lei de conversão. E o pedido de vista é para um “ajuste fino”.

— Posso assegurar que 95% do texto, no mínimo, está consolidado. Haverá apenas um ajuste fino aqui e outro ali — explicou.

Depois de passar pela comissão mista, a medida provisória seguirá para votação em separado nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A MP perde a validade em 31 de maio.

O que estabelece a medida provisória

Em relação aos agricultores

(altera as Leis 12.844/2013, 12.651/2012 e 12.999/2014)

MAIS PRAZO: Suspende até 31 de dezembro de 2017 o envio das operações de crédito em atraso para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial. A Lei 12.844/2013 havia concedido prazo de suspensão até 31 de dezembro de 2015. A MP original previa até 31 de dezembro de 2016.

REMISSÃO: Autoriza remissão de dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15 mil e saldo devedor não superior a R\$ 10 mil em 31 de dezembro de 2015.

CADASTRO AMBIENTAL: Estende o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural até 31 de dezembro de 2017, com a possibilidade de ser prorrogado por mais um ano. Criado pelo novo Código Florestal Brasileiro, o CAR é um registro eletrônico e obrigatório para todos os imóveis rurais brasileiros.

RENEGOCIAÇÕES: Autoriza novos descontos para renegociações de dívidas, conforme os valores, a localização do empreendimento e a data que a operação de crédito foi contratada, além de estabelecer benefícios, como bônus de adimplência.

CANA-DE-ACÚCAR: Dispensa produtores de apresentarem certidão negativa do Cadin para receberem subvenções previstas na Lei 12.999/2014. O Cadin é um banco de dados com os nomes dos devedores de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Em relação aos caminhoneiros

(altera a Lei 12.096/2009)

MAIS PRAZO: Amplia até 30 de dezembro de 2016 o prazo para que o BNDES refinancie contratos destinados à compra e ao arrendamento de caminhões, carretas, cavalos mecânicos, reboques, carrocerias e sistemas de rastreamento. A proposta inicial do governo previa que tal limite fosse válido apenas para créditos firmados até o fim de 2014, o relator ampliou para os contratos fechados até o fim de 2015. Ele também incluiu associados de cooperativas de transportes entre os beneficiários.



Medeiros quer nova regra para Banco da Terra

Os devedores do Banco da Terra, criado para financiar programas de assentamentos rurais e de reordenação fundiária, estão enfrentando dificuldades para renegociar dívidas, segundo José Medeiros (PSD-MT).

O senador explicou na quarta-feira que o banco está exigindo dos produtores rurais certidões que comprovem exigências previstas há mais de 20 anos, quando os empréstimos foram contraídos. Medeiros propôs que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, reveja esses requisitos.

— Se a pessoa tiver hoje uma camionetinha, isso já a descredencia. Ela não consegue a certidão e a renegociação do débito.



Moreira/Mantz/Agência Senado

Lídice afirma que seca prejudica lavoura na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) demonstrou preocupação com a seca que atinge o oeste da Bahia. Ela esteve recentemente na região afetada.

— A nossa produção de soja e milho está bastante ameaçada com essa situação da seca no nosso estado, que agora atinge também a produção de algodão — disse ela na quarta-feira.

O caminho indicado pelo Ministério da Agricultura, segundo a senadora, é a decretação de estado de emergência, para que os produtores possam ter acesso a benefícios como a renegociação de financiamentos. Vários municípios da região tiveram estado de emergência decretado em março.



Moreira/Mantz/Agência Senado

Relatório sobre regra de desapropriação sai na próxima semana

A comissão mista que estuda a Medida Provisória (MP) 700/2015, que altera as normas sobre desapropriações por utilidade pública, transferiu a apresentação do relatório sobre a proposta para a próxima terça-feira, às 11h. O presidente, senador Telmário Mota (PDT-RR), informou que o documento não ficou pronto para ser lido na reunião que seria realizada ontem.

A MP permite que empresas contratadas para executar obras de engenharia sob o Regime Diferenciado de

Contratações Públicas (RDC) possam desapropriar imóveis em áreas destinadas ao projetos. O RDC foi criado em 2011, flexibilizando regras da Lei de Licitações, com intenção de acelerar a execução de obras públicas e foi utilizado em projetos da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) se disse contrário à MP. Para ele, o texto fere o direito constitucional à propriedade.

— Essa MP é uma agressão à propriedade privada, símbolo

fundamental da sociedade — afirmou.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), adiantou que a proposta só será colocada em votação mediante consenso.

Aleluia cobrou de Telmário o encerramento da reunião, e não simplesmente o adiamento, como decidido — o cancelamento obriga a convocação de nova reunião, com reinício da abertura de nova lista de presença para a contagem do quorum. Por discordar da MP, disse que estava disposto a obstruir os

trabalhos da comissão.

A relatora da MP 700 é a deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), que não chegou

a comparecer à reunião de ontem.

O prazo final da MP 700 foi prorrogado para 17 de maio.



José Pimentel (E) diz que MP será votada em comissão quando houver consenso

Pedro França/Agência Senado

Deputados começam a discutir hoje no Plenário processo sobre impeachment de Dilma e devem votar no domingo se caso será remetido ou não para julgamento no Senado

Senadores se dividem sobre votação na Câmara

O tema mais recorrente nos pronunciamentos de ontem no Plenário do Senado foi o processo de impeachment, que está em análise na Câmara. Os deputados começam hoje a discuti-lo

e deverão votá-lo no domingo. Para senadores governistas, será um golpe tirar a presidente Dilma Rousseff do cargo antes do tempo. Para senadores opositores, a presidente cometeu uma série de irre-

gularidades e deve arcar com as consequências. O Plenário da Câmara decidirá se o processo avançará ou não. Se avançar, caberá aos senadores julgar o mérito das acusações contra Dilma.



Gleisi anuncia nulidade de seu indiciamento

“Uma palavra que não existe no meu vocabulário é medo”, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora disse que encaminhou à Polícia do Senado e à Polícia Federal a identificação de pessoas que a tem ameaçado por discordarem de suas posições políticas.

Gleisi ainda informou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer pela nulidade de seu indiciamento no âmbito da Operação Lava Jato. A senadora havia entrado com recurso — que foi acatado — alegando que seu indiciamento não tem amparo na Constituição e que foi feito apenas para gerar estigma a ela.



Ana Amélia revela ameaças recebidas

Ana Amélia (PP-RS) pediu aos líderes dos movimentos pró e contra o impeachment que orientem suas bases para que hajam manifestações pacíficas e ordeiras.

— Mesmo que tenhamos posições muito divergentes, não há como se praticar a democracia na selvageria, na base do confronto físico, do derramamento de sangue.

A senadora registrou o recebimento de mensagens no celular com conteúdo ameaçador. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) disseram também ter passado pelo problema. Jorge Viana (PT-AC) pediu a adoção de providências suprapartidárias para paz.



Viana informa providências contra agressores

Após reclamações de parlamentares que relataram agressões em lugares públicos e virtualmente por pessoas que discordam de suas posições políticas, o primeiro vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), anunciou as providências que estão sendo tomadas.

A polícia legislativa deve reforçar a identificação contra agressores e um processo deve ser aberto imediatamente.

Ele ainda lamentou que parlamentares “comprometam suas biografias” apoiando o processo de impeachment e disse esperar que o “bom senso” prevaleça, com a rejeição do processo na Câmara.

Pesquisas são manipuladas, denuncia Vanessa

O clima de “vale-tudo” cerca o processo para o impeachment, segundo Vanessa Graziotin (PCdoB-AM). A senadora criticou a “guerra de números”, com base em levantamentos de intenção de votos, feita pelos meios de comunicação.

— Mesmo sem os necessários três quartos de votos, golpistas manipulam dados para tentar passar a ideia de que são vitoriosos, promovendo terrorismo psicológico.

Vanessa disse que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, “não possui moral para conduzir o processo, pois sobre ele pairam não só suspeitas, mas acusações gravíssimas, provas robustas de crimes”.



Lasier pede que PDT libere votos da bancada

Lasier Martins (PDT-RS) fez um apelo em Plenário para que o presidente do PDT, Carlos Lupi, libere a bancada para votar como quiser no processo de impeachment. No início do ano, a Executiva do partido decidiu que todos os filiados deveriam votar contra o impedimento.

Para o senador, o ideal seria que o TSE julgasse logo a ação com pedido de cassação de Dilma.

O senador criticou o presidente do partido e disse que o PDT perdeu recentemente importantes políticos, como os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Reguffe (sem partido-DF) e Zeze Perrella (PTB-MG) e Pedro Taques, governador de Mato Grosso.

Lasier comunicou que votará pelo impeachment no Senado, mas observou que não pretende deixar o PDT.

Processo é “covardemente político”, diz Paim

O argumento das “pedaladas fiscais” para o impeachment é inconsistente, disse Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, as pedaladas foram utilizadas em outros governos e a questão é “covardemente política”:

— O que se busca agora é simplesmente a tomada do poder.

Paim leu manifesto de parlamentares que participaram da Assembleia Nacional Constituinte no qual dizem que o rompimento do mandato de Dilma, conferido pelo povo, só pode ocorrer se for amparado na Constituição e que o processo em curso não se funda em qualquer fato que se enquadre em crime de responsabilidade.



Governo vive seus últimos dias, afirma Caiado

O governo de Dilma Rousseff vive seus últimos momentos e comete atos graves para tentar evitar a aprovação da abertura do processo de impeachment, disse Ronaldo Caiado (DEM-GO). Para ele, o governo mostra desespero:

— O momento mais grave é aquele em que a presidente perde o compromisso com o cargo.

Caiado acusou Dilma de obstruir a Justiça nomeando o ex-presidente Lula para a Casa Civil e de aparelhar a máquina pública oferecendo cargos em troca de votos contra o impeachment. O senador também classificou discursos da presidente como tentativas de intimidar a sociedade.

Congresso não autorizará golpe, sustenta Fátima

“Deste Congresso não vai sair autorização para um golpe contra a democracia”, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN) sobre a votação do impeachment. A senadora criticou também Michel Temer, que estaria fazendo do Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência, um “quartel-general do golpe”, chegando a montar sua equipe de governo.

— Temer e Eduardo Cunha estão arquitetando não só o golpe, mas também a vingança. E será contra todos os eleitores brasileiros.

Ele citou informação da imprensa de que Temer estaria pronto para encaminhar ao Congresso a reforma da Previdência.



Telmário critica PMDB e postura do vice-presidente

Telmário Mota (PDT-RR) informou que nesta semana se encontrou com a presidente Dilma. Segundo ele, ao ser indagado sobre que erros teria cometido, ela disse estar muito arrependida por ter confiado em Michel Temer. Para o senador, o vice-presidente da República tem agido há mais de um ano para enfraquecer o governo, com vistas a ocupar a Presidência, e tem o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, como parceiro.

— Primeiro o PMDB pula fora e agora ameaça expulsar quem não votar a favor do impeachment. Vejam como eles começam a usar mão de ferro. Batem na democracia com mão de ferro.

Para Capiberibe, afastamento não resolve crise

João Capiberibe (PSB-AP) declarou-se contra o impeachment, mas frisou que, qualquer que seja a decisão da Câmara, não será suficiente para superar a crise do país. Capiberibe afirmou que tanto Dilma Rousseff quanto Michel Temer são rejeitados pela população, mas o mandato presidencial é legitimado pelo voto e tem que ser respeitado. O senador se disse preocupado com os atos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

— Caso se concretize o afastamento, ele [Cunha] vira vice-presidente da República, mas, como vice-presidente, ele não tem condição de afastar as investigações que pesam sobre si.



Donizeti teme pela economia se processo avançar

Donizeti Nogueira (PT-TO) está otimista com a retomada de bons índices da economia. Algumas demonstrações disso, segundo ele, são a queda da inflação e o equilíbrio na balança comercial.

O senador teme que esse reequilíbrio econômico possa ser afetado se a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff for aprovada pela Câmara. O senador está confiante, porém, que o pedido será rejeitado, inclusive por pressão popular.

— Vamos no domingo para as ruas celebrar a democracia e demonstrar que a democracia brasileira está consolidada e que a vontade do eleitor será respeitada.

Paulo Rocha: povo nas ruas vai impedir fraude

Paulo Rocha (PT-PA) classificou o processo de impeachment de “golpe” e “fraude política”. Em sua avaliação, a tentativa de afastamento de Dilma é uma repetição das conspirações da “elite empresarial” para conter os “avanços do povo”, como ele classifica os movimentos contra Getúlio, JK e Jango.

— Não permitiremos o golpe que pretende demolir tudo que construímos. Não permitiremos Eduardo Cunha na Vice-Presidência da República. Estamos nas ruas e vamos continuar em vigília para enfrentar os golpistas. O povo na rua e os democratas no Congresso vão reverter esse golpe.

